

A gênese das escritoras: Influência do Feminismo na literatura feminina no Brasil.
The genesis of women writers: Influence of feminism in women's literature in Brazil.
La génesis de las escritoras: Influencia del Feminismo en la literatura femenina en Brasil.

*Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento

Resumo

Este artigo discute a presença da mulher na literatura brasileira especificamente no século XX, referendando as implicações sócio-políticas e econômicas e de gênero que são obstáculos à produção feminina. Além da apreciação histórica faz-se aqui um comentário acerca da contribuição do movimento feminista e também a presença de autoras como Marina Colasanti enquanto participante ativa e militante da construção histórica do tornar-se escritora tornando-se mulher, ainda que diante de um país com um nível de desigualdade exorbitante e com uma cultura patriarcal arraigada.

Palavras-chave: Mulher, Literatura, Feminista, Gênero, Sócio-Política E Patriarcal.

Abstract

This work discusses in a brief way the woman's presence in the Brazilian literature specifically in the century XX, discussing the implications partner-politics and economical and of gender that you/they are obstacles to the feminine production. Besides the historical appreciation it is made a comment here concerning the contribution of the feminist movement and also Marina Colasanti's presence while participante activates and militant of the historical construction of turning writer becoming woman, although before a country with a level of exorbitant inequality and with an ingrained patriarchal culture.

Word-key: Woman, Literature, Feminist, Gender, Partner-Politics And Patriarchal.

Resumen

Este trabajo discute de manera breve la presencia de la mujer en la literatura brasileña específicamente en el siglo XX, discutiendo las implicaciones sociopolíticas y económicas y de género que son obstáculos para la producción femenina. Además de la apreciación histórica, aquí se hace un comentario sobre la contribución del movimiento feminista y también la presencia de Marina Colasanti, activa y militante de la construcción histórica de convertir al escritor en mujer, aunque ante un país con un nivel de desigualdad exorbitante y con un arraigada cultura patriarcal.

Palabra clave: Mujer, Literatura, Feminista, Género, Socio-Política y Patriarcal.

* Dulcilene Ribeiro Soares Nascimento é PHD e Doutoranda em História, Mestre em Educação, Mestre em Ciência Política, Cidadania e Governança, Especialista em Metodologia de Pesquisa Científica, Licenciada em História É também Psicanalista, Escritora, Poetisa, Terapeuta Holística.

INTRODUÇÃO

Em um trabalho com a intenção de delimitar a participação do feminino na construção da literatura nacional, fica difícil não entrar nas questões de gênero e mesmo olvidar a influência do feminismo enquanto movimento de categoria em defesa dos interesses da mulher.

Embora tardiamente chegado ao Brasil em função da Ditadura Militar, o feminismo que foi marcadamente e notadamente fator de influência na literatura feminina brasileira, uma vez que seu espaço foi bastante reduzido.

De fato, o que justifica essa pesquisa é a necessidade de discutir além da presença da mulher na literatura, entender de que forma essa presença se categoriza e se afirma, trazendo em foco questões particulares sobre como a questão do gênero vai moldando a consciência, habilidades e instituições, assim como a distribuição do poder e privilégio.

O século 21 trouxe consigo não somente a discussão sobre a participação das mulheres nas instâncias políticas e a discussão de propostas concretas para superar o desequilíbrio na participação da mulher nas instâncias de poder, mas também com o questionamento dessas mesmas estruturas de poder, construídas através da exclusão das mulheres.

Apesar de não haver nenhum objetivo salvífico, pode-se afirmar que todo esforço será encaminhado na construção de uma aprendizagem e uma ação do conhecimento que possa estimular pensamentos e ações que busquem transformar as relações de poder entre os sexos. E ainda detectar até que ponto são essas relações (de gênero) que definem a presença/ausência do feminino na literatura no Brasil.

O suposto desinteresse da mulher pela escrita, pelo exercício intelectual é aqui colocado muito mais em termos de condições materiais e sócio-históricas que por uma questão de gênero, ou seja, em um país onde pouco se lê e pouco se produz seja em âmbito acadêmico, seja técnico ou científico e onde a demanda econômica é gritante, escrever parece dissonância. A mulher, hoje mais que ontem, responsável pelo sustento doméstico, busca também a especialização e a competição igual no mercado de trabalho.

Esse trabalho visa entender as questões referentes à literatura feita por mulheres, suas motivações, seu espaço e, sobretudo sua configuração espaço-social. Adentrando na questão da literatura feita por mulheres e seu aspecto histórico e cultural aqui reflete-se acerca das concepções que levam ao entendimento dessa questão em vias diferentes da que se vêem até então onde o sexismo ou feminismo é tido como pressuposto para explicação de atitudes comportamentais.

O feminismo aqui deve ser compreendido não como um dado recebido da natureza no nascimento, mas como uma "construção cultural", ou, na acepção psicanalítica, uma "diferença sexual, que atendendo a uma exigência de cientificismo racional, naquele sentido lógico e cartesiano, constitui o pano de fundo das oposições dicotômicas ou binárias que costumam nortear a sociedade em que vivemos. Este "cientificismo", que eterniza as dicotomias contidas nas divisões entre homem, macho, e mulher, fêmea.

Longe disso, mas considerando que também é uma construção cultural, esse binômio, pretende-se aqui refletir o motivo a partir da tradição oral da cultura, institui-se um cânone que privilegia determinados seres - homens - de determinada raça - brancos - e de certa classe social - ricos. As mulheres, os negros, e outras "minorias" (nem sempre numéricas) vêm-se excluídos das posições sociais mais elevadas, dos estudos acadêmicos, das editoras, dos cânones literários, e, assim, não surgem como formadores de opinião. E daí entender por que a literatura feita por mulheres é, em sua essência, questionada enquanto modelo de auto-afirmação perante essa realidade, ou seja, construção identitária, ou apenas um espaço de reafirmação do sexismo tão propagada pela literatura tradicional e falocêntrica.

Gotlib (1988 apud Muzart 2003) afirma que por mais que tenha se popularizado a terminologia *estudos sobre a mulher*, dentro dos estudos literários, invariavelmente, estes vão descambar para as questões de gênero ao reforçar a interferência cultural na construção dos papéis sociais que se desenvolvem no âmbito das relações humanas entre homens e mulheres.

Ainda por tratar-se de questão recente em termos de discussão, ultimamente, a maioria dos trabalhos encontrados acerca do assunto estão em periódicos, revistas. Os autores, ou melhor, as autoras aqui escolhidas, vão relacionar além da questão de gênero, a questão da construção social da identidade da escritora no Brasil.

Entende-se aqui que a literatura feita por mulheres no Brasil, apesar de presente e constante, ainda é insignificante em relação à literatura feita por homens. Sendo assim, discutir os aspectos sócio-históricos que compõem a presença feminina na literatura do Brasil.

- A não-valorização da literatura feminina, se explica mais pelos aspectos sócio-culturais que restringem a leitura no Brasil, que pelo aspecto do gênero.

- A produção literária feminina no Brasil é também uma via de construção de sistemas identitários.

. Pretende-se, neste texto, determinar alguns momentos mais significativos da história da literatura brasileira feita por mulheres, bem como da história dos estudos referentes à mulher no campo da literatura. A exposição parte da seleção de determinadas situações experimentadas pelas mulheres nesse percurso de construção e desconstrução de imagens

de si, examinando-as na sua condição de personagens, na sua condição de narradoras e autoras e na sua condição de pesquisadoras e críticas da literatura. Existe realmente uma literatura feminina ou mulheres que escrevem? Escrever é demarcado pelo gênero, ou o espaço do ser pensante é demarcado por condições sócio-históricas definidas? Essas são as questões-problema que vão perpassar esse trabalho.

Os objetivos dispostos aqui são principalmente historicizar a presença feminina na literatura brasileira e ampliar a discussão de gênero enquanto fator restritivo para o crescimento da literatura feita por mulheres.

A necessidade de discutir a identidade feminina e sua auto-afirmação na literatura historicamente machista são o motivo dessa pesquisa. O suposto desinteresse da mulher pela escrita, pelo exercício intelectual é aqui colocado muito mais em termos de condições materiais e sócio-históricas que por uma questão de gênero. Ou seja, em um país onde pouco se lê e pouco se produz seja em âmbito acadêmico, seja técnico ou científico e onde a demanda econômica é gritante, escrever parece dissonância. A mulher, hoje mais que ontem, responsável pelo sustento doméstico, busca também a especialização e a competição igual no mercado de trabalho. Esse trabalho busca entender as questões referentes à literatura feita por mulheres, suas motivações, seu espaço e sobretudo sua configuração espaço-social.

A metodologia será efetuada em torno de uma pesquisa bibliográfica, onde será feita a análise do conceito de Literatura feminina utilizando como referencial teórico Maria Regina Azevedo Lisboa, Sônia Maluf, Zahide Muzart, Izabel Brandão, Peggy Sharpe, Marina Colasanti, Claudia de Lima Costa e Simone Schmidt traçando o perfil histórico da literatura feminina no Brasil, suas questões conceituais abordando a literatura feminina para além do gênero e dentro de uma abordagem sócio-culturalista.

Em Zahidé Muzart e Izabel Brandão traça-se o perfil histórico do início da afirmação da identidade feminina enquanto sujeito em composição na sociedade do trabalho. Maria Regina Azevedo Lisboa e Simone Pereira Schimidt numa primeira abordagem, Poéticas e Políticas feministas, problematização acerca das dificuldades relativas ao gênero para a consolidação da literatura feminina no Brasil e por fim, Poéticas e Políticas feministas”, que vem abordando a literatura feminina para além do gênero e dentro de uma abordagem sócio-culturalista, que lhe resgata o papel de cidadã construtora e não apenas coadjuvante da identidade masculina. Peggy Sharpe, retoma essa questão trazendo a visão de autoras como Marina Colasanti e Lygia Fagundes Telles que discute a resistência e a identificação da mulher enquanto objeto-sujeito da literatura..

Em um balanço crítico datado de início dos anos 90, Heloísa Buarque de Hollanda reconhecia três linhas mestras de estudos no grupo de trabalho. *A mulher na literatura*, que denominou de: *literatura e feminismo*, *literatura e feminino*, *literatura e mulher*. A primeira

vertente, ela reconhece como sendo a de caráter participante, “absorvendo desde a pesquisa no sentido da recuperação da história silenciada da produção feminina até a análise dos paradigmas patriarcais e logocêntricos da literatura canônica”. A segunda, literatura e feminino, mais preocupada com a “identificação de uma escritura feminina”, de modelo francês, com uma inflexão marcadamente semiológica e/ou psicanalítica”. E a terceira, literatura e mulher, mais diretamente ligada ao trabalho de análise do papel da mulher na literatura (como autora, narradora, personagem), sem problematizar a questão das relações de gênero. (Apud Gotlib, 1988).

Buscando essas autoras, visa-se aqui elucidar a trajetória do feminino enquanto partícipe da construção literária no Brasil e com crescente expansão na contemporaneidade, sem deter especificamente nas questões feministas e/ou de gênero, mas considerando-lhes a função histórica, analisar na terceira linha de pesquisa a função e presença da mulher autora-narradora na literatura feminina no Brasil, destacando a presença política de Marina Colasanti enquanto formatadora de um novo “fazer” literário.

2. Abordagem histórica da questão do gênero

Segundo a historiadora francesa Françoise Thébaud (apud Schimdt 2004), a entrada do conceito de gênero no cenário literário produz um impacto positivo, já que tende a promover a superação de dicotomia (mulheres vítimas/ mulheres rebeldes, dominação masculina versus opressão), evitando riscos de uma literatura feminista e não uma literatura feminina. Ainda segundo Thébaud o conceito de gênero proporciona um olhar relacional que situa no centro da interrogação histórica as relações entre os sexos.

A teoria de gênero, segundo alguns historiadores, vem aprimorar a teorização, com o intuito de aprimorar o debate das relações que tecem a nossa teia social. Desde a proposição do sistema sexo/gênero por Gayle Rubin em 1970, as políticas feministas vem demonstrando que ainda reside no corpo feminino a principal arena na luta pelo pátrio poder e que apesar de toda a contemporaneidade do tema, destaca-se essa subordinação histórica.

Essa subordinação, no caso do Brasil, fruto do patriarcalismo colonial deixou seqüelas, que vão desde uma timidez no que se refere à atuação e tomada de posição frente ao seu espaço na sociedade, até a subjugação sexual pelo chamado sexo forte.

Nos registros literários, percebe-se a mão do homem delimitando o que escrever, o que pensar e o que dizer. Em um dos artigos pioneiros no sentido de mapear as “Características da história da mulher no Brasil”, escrito por Maria Beatriz Nizza da Silva, a autora afirma:

Não temos acesso direto ao discurso feminino senão tardiamente no século XIX e até então temos de nos contentar em conhecer os desejos, vontades, queixas ou decisões das mulheres através da linguagem formal dos documentos ou petições, manejada pelos homens. A linguagem masculina dos procuradores e advogados sobrepõe-se, deformando-a, a uma linguagem feminina original e inatingível.(GOTLIB 1988 apud Muzart :2003).

Alguns textos, reunidos pela historiadora Miriam Moreira Leite(2004) referem-se ao isolamento da mulher no meio doméstico, se mulher branca; e aos vários ofícios que exercia, se mulher negra. Realçam, em ambos os casos, pelo menos em início do século XIX, o baixo rendimento cultural, já que não tinham acesso à educação que lhes garantisse a leitura e a escrita.

Sobre a formação afetiva e sexual das jovens, no início do século XIX, a tradição romântica que surge em substituição à libertina do século anterior, des-sexualiza a mulher , reinterpretando a literatura do século anterior, sublimando o erotismo de suas representações.

Só as prendas domésticas, os trabalhos religiosos e a subserviência ao homem ocupavam seus afazeres, mesmo nas classes mais abastadas.Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através,por exemplo das cartas e das correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras de fazenda, da senhora da casa-grande, aprisionadas.Viviam em completo estado de servidão.

Só a partir de 1827 aparece a primeira legislação assegurando a mulher os estudos elementares, embora isso não tenha assegurado definitivamente a inserção dessas no ambiente cultural, mas já era comum encontrar mulheres que escreviam , inclusive em várias línguas, o que não deixa de entrever a baixa qualidade de sua educação em relação ao homem, principalmente se leva-se em consideração o tempo que as mulheres ficavam na escola (geralmente até os 14 anos, quando saíam para casar).

A educação que lhes dão, limitada a um conhecimento sofrível de Francês e Música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais; o mundo dos livros lhes está fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras a seu alcance escritas em outras línguas. Pouca coisa sabem da história do seu país, quase nada da de outras nações, e nem parecem suspeitar que possa haver outro credo religioso além daquele que domina no Brasil(...) Em suma, além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas. (AGASSIZ,1865 Apud Miriam Moreira Leite (org.), ob. cit., p.74-75).

São do século XIX os primeiros textos escritos por mulheres brasileiras que tem alguma divulgação entre o público letrado. Nos tempos coloniais a mulher nada escreve, ou se escreve os textos não aparecem,ou aparecem como exceção, entre a maioria quase absoluta de textos escritos por homens. Só os homens tinham acesso à educação formal, fornecidas em seminários de várias ordens religiosas.

A primeira escritora é Nísia Floresta, também considerada a primeira feminista brasileira. Nordestina, inicia uma militância política e jornalística de caráter republicano, favorável à liberação dos escravos e à luta pelos direitos da mulher. O seu primeiro livro, *Direitos da mulher e injustiça dos homens* publicado em 1832, é considerado o texto inicial do feminismo brasileiro. A vida e obra de Nísia, é hoje referencial de estudos de muitos autores que se debruçam em elucidar a vida dessa mulher de carreira ímpar e solitária que dedicou sua vida às letras e à educação da mulher.

Além de Nísia muitos outros nomes se levantam em lutas solitárias pelos direitos da mulher, mas para fins de estudo, nos reportaremos apenas ao século XX e diante da extensão do tema, o recorte aqui dado será a contribuição de Marina Colasanti para a literatura da mulher e para a mulher no Brasil.

2.1. A atuação social e política da mulher no século XX.

A camada hegemônica até os anos 30 do século XX, na sociedade brasileira, era constituída por homens brancos, latifundiários, católicos. A alta hierarquia militar partilhava do poder. Até o fim do século XIX vigorou no país o trabalho escravo coexistindo com o trabalho livre. As relações sociais eram basicamente patriarcais e patrimonialistas. Esta ordenação social resistiu à urbanização, à industrialização e à expansão da economia de mercado. Com o crescimento de segmentos médios compostos por militares, artesãos autônomos, profissionais liberais, comerciantes, trabalhadores no setor administrativo, imigrantes ocupados na zona rural e urbana, criaram-se fortes tensões nesta rígida estrutura hierárquica. Resultaram revoltas e revoluções (1920, 1922, 1924, 1930, 1932) visando a abertura de novos espaços sociais.

O movimento imigratório que trouxe mais de três milhões de pessoas desde o século XIX, em parte adequou-se ao sistema de relações de poder nacional, mas em parte implementou uma nova dinâmica com a emergência de um novo movimento sindical reivindicativo por melhores condições de trabalho e salário. Abrir espaço social na estrutura de classes foi e é um processo difícil no país, ainda mais pra mulheres que na década de 20, constituía-se assim:

a) uma massa de trabalhadoras na agricultura, na indústria têxtil e no serviço doméstico, b) uma parcela da classe média trabalhando como professora primária e funcionária; a maior parte de donas-de-casa, c) uma elite que não trabalhava remuneradamente. Até a Segunda Guerra Mundial esse quadro foi permanente e gerou na estrutura social atual uma configuração composta por : a) mulheres brancas educadas, de famílias de classe média alta ou alta, que exercem atividades econômicas empresariais, atuam no setor de ensino e de serviços; b) mulheres de classe média brancas e raras negras em atividades comerciais, burocráticas, administrativas e de ensino; c) mulheres brancas ou negras, trabalhadoras em todos os setores de serviço na condição de assalariadas. O maior

contingente, nesta última categoria, trabalha como empregada doméstica. (SILVA, 1999-134).

Em termos de movimento feminino, o primeiro foi pela conquista do voto. Isso tanto no Brasil como em outros países. Era liderado por mulheres brancas, educadas e de classe alta. O voto foi conquistado em 1933 no Estado Novo de Vargas, ratificado na Constituição Federal de 1934 e exercido de fato apenas em 1945 nas eleições livres que derrubariam a ditadura de Vargas. (Alves, 1980, apud Silva 1999-135).

As mulheres nesse período atuaram em dois segmentos políticos: pró-getulistas e comunistas, que eram brasileiras e imigrantes que agiam em partidos clandestinos, sofrendo perseguições, prisões e mortes. Com a redemocratização em 1945 elegeram-se as primeiras parlamentares liberais e comunistas que alguns meses depois foram destituídas do poder quando o Partido Comunista foi tido novamente como ilegal. Continuaram agindo na ilegalidade e sua ação repercutiu fortemente na base industrial e agrária.

Com o golpe de 1964 e o retorno dos tempos da ditadura, dessa vez a militar, os direitos políticos e civis de muitos cidadãos foram cassados. Nesse ínterim o movimento de mulheres pela restauração da cidadania sofre a influência das idéias feministas e nisso o movimento cria duas vertentes: um voltado para os problemas de âmbito mais geral, os problemas do país como um todo, e o outro voltado para os problemas específicos das mulheres além da área econômica, as questões de sexualidade, direitos reprodutivos, aborto, planejamento familiar, enfim, esse último acusado de alienado dos problemas nacionais. Nos anos 70 e 80 somava-se à luta pela democracia no país a luta contra a desigualdade de gênero, intensificando os atritos com aqueles que além de negar a especificidade das condições femininas, negavam a relevância do problema considerando-o como preocupação burguesa made in Europa. Em uma sociedade extremamente patriarcal e machista essa visão teve um efeito devastador sobre o movimento que passou a ser encarado como supérfluo.

Para Silva, 1999-136:

O que ocorreu foi que ao discutir a relação homem-mulher, ao negar a hierarquia de gênero, a subordinação e a sexualidade, levavam necessariamente a discutir direitos civis, liberdade e democracia, o que atingia diretamente o poder autoritário. Falar sobre os direitos da mulher era enfrentar a ditadura militar. A questão "mulher" tornou-se assunto de segurança nacional, portanto muito perigoso para militantes. E isso, antes de atemorizar, veio fortalecer o movimento.

O inimigo comum era o governo, repressor, destruidor e assassino arbitrário. Isso fazia com que o fator agregador, a luta contra esse governo, fosse maior do que qualquer divergência ideológica interna de grupos. O confronto contra a ditadura aproximou católicas,

judias, evangélicas ou ateias comunistas, liberais e apartidárias num único movimento social.

Com a redemocratização em 1982, eleições livres e o pluripartidarismo em atividade, alguns direitos foram institucionalizados e garantidos constitucionalmente, num país onde a violência contra mulheres e crianças possui números assustadores e onde a defesa da honra era utilizada para justificar o descabro do machismo embutido na nossa formação cultural. Enfim, a problemática condição do feminino no país começava a ser colocada em pauta. Ainda que de forma tímida e contida.

2.2. Conceito de Gênero: subordinação e cultura.

O conceito de gênero surge em um momento onde as teorias sociais e as diferenças sexuais vão sendo elaboradas. A idéia de igualdade de direitos entre os sexos é o motor desse novo conceito que pergunta: se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou a ela e de que modo ela se mantém ?

Por relações de gênero entendem-se as relações sociais entre homens e mulheres e como são constituídas hierarquicamente e como podem ser entendidas em forma de poder e dominação. Diferencia-se de sexo por que este se refere às diferenças anátomo-fisiológicas existentes entre homens e mulheres, enquanto esse se refere à maneira que as diferenças entre homens e mulheres vão sendo formatadas nas diversas sociedades e tempos históricos

Sendo assim, gênero se realiza culturalmente por ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas a apropriações político-econômicas do cultural que se dão como totalidade em lugares e períodos determinados. Este enfoque é uma contribuição do marxismo visando tirar da discussão de gênero, a visão de que a maldade natural do homem é que subordina a mulher. “Gênero deve ser entendido como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como sendo um modo básico de significar as relações de poder. “ (SCOTT,1990).

Segundo a argumentação de Engels, em *As Origens da Família, a Propriedade Privada e o Estado*, a divisão do trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que surgiram as classes sociais alicerçadas na propriedade privada. As formas de opressão sexual tais como as formas de parentesco e a família teriam uma base material na estrutura de classes. A opressão das mulheres assim como a exploração de classe poderiam ser superadas através da instauração de uma nova forma de organização social mais desenvolvida, em uma sociedade sem classes, por

exemplo no socialismo. Para Engels, a reprodução é opressiva na sociedade de classes, não a reprodução em si, mas o surgimento de classes sociais baseadas na propriedade privada.

Alguns autores mais contundentes afirmam que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo. Para Shulamit Firestone (apud SCHIMIDT, 2004-45) os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução das espécies são fatores fundamentais de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. Para o feminismo radical que essa autora representa, as diferenças entre os papéis sociais, econômicos de homens e mulheres, o poder político e a consciência coletiva são resultados da maneira como se reproduzem os seres humanos. Ainda segundo Firestone, o papel das mulheres no processo reprodutivo, as torna prisioneira da biologia, forçando-as a depender dos homens.

Dentro desse ponto de vista, para libertar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle da reprodução, ou seja, a reprodução natural cedendo lugar à reprodução artificial faria com que as diferenças genitais perdessem o significado cultural. Há ainda aqueles que como Simone de Beauvoir, atentam para o fato de que a feminilidade é uma questão cultural e construída socialmente e que portanto nem todo ser humano do sexo feminino pode ser considerado enquanto mulher.

Considerando ambos os pontos de vista, onde a responsabilidade ora cai na propriedade privada e ora na reprodução e subordinação biológica, percebe-se que embora evidente e inegável, a real condição de subordinação da mulher é altamente disfarçada em nossa sociedade. As pequenas conquistas sociais, profissionais e financeiras que vêm conseguindo ao longo dos anos, demonstram a delimitação de espaço a que vem sendo submetida, frente a um cenário político também altamente machista e monopolista e onde os interesses da mulher são encaminhados de forma tardia numa ação desarticulada, desinteressada e tardia entre legislativo e executivo, no caso brasileiro.

Só depois de dois anos da Conferência de Beijing o legislativo começou a se reunir para estudar a viabilidade das medidas de ações afirmativas de gênero. Quanto ao executivo, retardou por mais de um ano a aprovação do direito à laqueadura em hospitais públicos, por um engano (na verdade obra da oposição inserida no próprio governo) da Presidência da República que vetou uma lei aprovada pelo legislativo. Um sucesso importante decorreu da presença de feministas no Ministério da educação: foram excluídos dos livros escolares referências discriminatórias a temas de gênero e etnia. (SILVA, 1999-140).

Como se afirmou acima é tão sutil a questão da subordinação que as próprias mulheres introjetaram tão profundamente o papel e condição cultural de mãe e de responsável pela família que vão à luta em importantes movimentos sociais para obter

serviços de saúde para seus filhos, seu bairro, seus maridos, mas não reivindicam quando trata-se de lutar pela sua própria saúde. (CITELLI,1995 apud Silva 1999-143). Mulheres morrem por total displicência dos serviços públicos de saúde e pela desatenção a si própria enquanto indivíduo e cidadã. Como aceitar essas formas de sujeição que são impostas a outras mulheres e a si mesmas?

É preciso abandonar o lar, lugar privilegiado de constituição de identidades normatizadas, porque o lar é frequentemente local do sexismo e racismo um local que nós precisamos retrabalhar política, construtiva e coletivamente...(Deleuze apud SCHMIDT, 2004-36)

Outro fator alarmante quando se trata do feminino é a taxa de mortalidade por assassinato que é a quarta num ranking perverso que vem liderado pela Aids-14,0%, câncer-11,4%, acidentes de trânsito-8,1% , homicídios-7,5% e causas maternas-3,1%. O número de homicídios é mais que o dobro do que a taxa de mortalidade por causas maternas. Ressalva-se entretanto que a AIDS vitima em sua maioria mulheres casadas e monogâmicas que por vezes são contaminadas por companheiros adúlteros, promíscuos e bissexuais que ratificando um comportamento machista só comunicam à mulher e aos filhos acerca da contaminação depois que essa já é evidente.(MALUF, 2004)

Nesse breve histórico traçado fica evidente garantir à cidadania a mulher é condição essencial para que essa exclusão por gênero termine, igualando as oportunidades de acesso em todos os campos de ensino, trabalho, acesso ao conhecimento e decisões sobre sua vida em particular e os rumos do país. Não se trata de propor proteção, mas garantir que a ação de políticas afirmativas corrija os erros de formação cultural e social, embutidas num pano de fundo econômico e mascaradas por uma suposta limitação biológica que perpetua um massacre psicossocial no maior segmento marginalizado do país.

Conhecendo-se essa situação, passa-se aqui a analisar a questão da mulher escritora, a sua literatura de teor feminino ou feminista, seja como for, com total teor dessa subordinação histórica subjacente.

3. A literatura feminina no século XX.

“Antes eram os homens quem diziam quem nós éramos. Agora somos nós.” Lygia Fagundes Telles

Somente na segunda metade do século XX a literatura feminina surge no Brasil e se afirma, sobretudo através do pensamento libertário. Reunidas ao redor de revistas para mulheres, como o *Jornal das Senhoras*, *O Sexo Feminino*, *Jornal das Damas* e *A mensageira*, as escritoras visavam não apenas abrigar e desenvolver mão-de-obra literária

feminina, como lutar pela libertação dos escravos, por melhor educação e pelos direitos das mulheres. Eram as pré-feministas, preparando o terreno para as reivindicações que viriam a seguir. (COLASANTI, apud SHARPE, 1997-38).

Coletiva e altamente política na origem, a literatura feminina vai se despidendo ao longo do século XX, e vai tomando uma identidade própria, aonde as questões de gênero vão deixando de ser texto de literatura, mas continuam sendo ainda questão de discussão de papéis.

A partir da leitura de textos sobre decoração para quarto de meninos e meninas, a autora Susana Funck, (apud LISBOA 2004) realiza uma análise na qual interpreta o espaço doméstico como perpetuador do estereótipo do comportamento masculino/feminino construído ao longo da história e socialmente. Tomando por base as poucas mudanças históricas que se refletem no discurso veiculado pelos textos analisados pela autora, a mesma conclui que, se mudanças houve nessas representações, elas se mostram em forma de um sutil movimento de desfeminização do espaço feminino, o que denota que os espaços masculinos continuam sendo positivamente apresentados como redutos, fixos e impermeáveis à mudança da esfera doméstica.

De acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (1995) divulgado pela ONU as mulheres trabalham mais que os homens e em países como o Brasil sua carga horária diária é superior em 13% à do homem. Ainda assim, lêem mais, mesmo com menos tempo disponível e tendo uma taxa mundial de 2/3 do analfabetismo mundial contra si. (SHARPE, 1997).

Em pesquisa realizada na França em 1994, ficou comprovado que as mulheres compram mais livros, dão mais livros de presente, e que à medida que vão envelhecendo lêem ainda mais o que tem tornado o mercado para mulheres cada vez mais forte. Em cada dez leitores de romance na França, sete são mulheres, além de fomentar a produção literária, isso demonstra também uma luta pelo espaço e conseqüentemente uma luta pelo poder de gênero e pelo poder literário, uma vez que além de serem as que mais lêem, são também as que mais compram livros escritos por mulheres, o que gera o surgimento de um maior número de escritoras, fazendo com que paulatinamente o preconceito vá desaparecendo. Infelizmente, num universo literário predominantemente masculino e que os homens tomam também enquanto sua propriedade, difícil demarcar território e mostrar que competência e talento independem de gênero e que a mulher escreve tão bem e ou até melhor que o homem.

3.1. O poder da palavra da mulher: Em destaque Marina Colasanti.

Anteriormente vimos as implicações que o gênero traz à mulher enquanto lugar social e cultural num mundo extremamente machista. O poder político que elas vão assumindo em relação ao crescente poder literário, surge justamente da sua maestria em lidar com a palavra e da força que carrega e demonstra ao gerá-la.

O excesso de força que as mulheres já geradoras da vida, teriam se possuísem seu livre uso; a negação, às mulheres, das palavras sagradas; o abuso verbal comprovado a que somos submetidas no cotidiano, através da interrupção e encobrimento de nossas frases. Se nos negam a palavra oral, volátil e efêmera, como crer que reconheceriam nosso direito à palavra escrita tão mais comprometedora?(COLASANTI, APUD SHARPE, 2004-41).

Narradoras indiscutíveis no decorrer da história, mantinham vivas as narrativas milenares, recorreram aos irmãos Grimm para elaborar sua coletânea e graças a elas se manteve vivo o folclore italiano, isso foi consentido, porque apenas narravam elementos culturais já existentes, emitidas de outras fontes e que não punham, em risco os valores da sociedade patriarcal, mas produzir, não. As mulheres quando criam escapam do controle, isso não pode ser permitido, pois literatura implica linguagem individual e essa por sua vez pode ser perigosa, pois pode transgredir, romper, questionar, aos homens é permitido, mas às mulheres não.

Aceitar a literatura feminina, aceitando-lhe o poder da palavra, seria de fato aceitar a mulher negada enquanto sujeito durante todo o decorrer da história e que indiscutivelmente a própria mulher procura negar.

O século XX no Brasil traz nomes poderosos em termos de literatura feminina, Clarice Lispector e Lígia Fagundes Telles na prosa, Cecília Meireles na poesia, talvez os mais conhecidos, outras autoras porém que não tem tanta repercussão na mídia, tiveram uma enorme importância na implementação de um fazer literário politizado e direcionado à temática feminina, entre elas destaca-se aqui Marina Colasanti.

Marina Colasanti (Sant'Anna) nasceu em 26 de setembro de 1937, em Asmara (Eritreia), Etiópia. Viveu sua infância na África (Eritreia, Líbia). Depois seguiu para a Itália, onde morou 11 anos. Chegou ao Brasil em 1948, e sua família se radicou no Rio de Janeiro, onde reside desde então. Possui nacionalidade brasileira e naturalidade italiana.

Considerada um dos expoentes da literatura universal reflete que ao estudar sobre a existência ou não de uma literatura feminina, a resposta praticamente consensual é que a partir de um determinado nível qualitativo de escrita, onde seja impossível negar a força, qualidade e individualidade, essas mulheres passam a ser tidas como escritoras universais, únicas, casos raros, inquestionáveis em talentos, mas inimitáveis, portanto distantes e arrisca-se dizer, até assexuadas. *“Nas artes ou na vida, a negação de nossa atuação pouco difere.”*(Colasanti, apud SHARPE 2004-41)

Ao tratar dessa questão ainda afirma que em todas as áreas a presença da mulher é negada, intensamente nas artes em geral, demonstrada na pouca presença de artistas femininas em museus, mas também nos cargos de chefia. Se existe de fato uma literatura feminina, a pergunta que vem nas entrelinhas não é essa, mas sim, a literatura feminina existente ameaça o medo viril da equivalência feminina.

Como todo mundo, temo o preconceito. Mas ele me fere mais do que me assusta. E sempre armei minha defesa não na esquiwa, mas no enfrentamento. Escrever, já foi dito infinitas vezes, é assumir todas as formas, é ser homem, é ser mulher, é ser animal e ser pedra. O escritor, como o deus marinho Proteu, é criatura cambiante. Mas Proteu mudava apenas de aparência para iludir os outros e esconder-se, enquanto o escritor busca na metamorfose a essência para entregar-se. E o que sinto em mim, quando diante do computador busco a essência do homem, a essência profunda do animal, da pedra, que me permitirá escreve-los, o que sinto intensamente, é que eu procuro dentro de mim, através de mim, através da minha própria, mais profunda essência. E que essa é, antes de mais nada, uma essência de mulher. (COLASANTI, apud SHARPE, 2004-42).

Acerca dessa equivalência é que se discute a mulher enquanto sujeito-objeto da literatura. Ela é um ou é o outro? Os dois. Sujeito na medida em que não teme o enfrentamento e objeto na medida em que temendo o preconceito, mascara para não se ferir. Mas ela tem o dom da palavra e como diria Lispector, ela é o seu domínio sobre o mundo. Ou como diria Caetano, a verdade é seu dom de iludir. Mas é sua a palavra.

3.2. Objeto ou Sujeito? O fazer da mulher pela mulher Marina Colasanti.

"A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se da faca e da baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida que aos poucos se gasta e, que gasta, de tanto acostumar, se perde de si mesma. "

O conceito de sujeito foi desconstruído com a modernidade. Sua reconstrução pressupôs uma identidade moderna, soberana, racional consubstanciada no projeto iluminista. Ele é o indivíduo e o proprietário. Mais tarde a idéia de Marx de que os homens fazem a história em determinadas condições, a idéia de Freud de que existe um inconsciente que impossibilita as escolhas racionais, a idéia de Saussure de que a linguagem precede a nós, a idéia de Foucault de que o sujeito é construído por falas e discursos e por fim o feminismo que afirma as dimensões subjetivas, desconstrói as identidades e afirma que o pessoal é político, vão moldar o sujeito contemporâneo que nada tem de consubstanciado, mas de múltiplo. Para Lago (1997, apud Maluf 2004-84), a pós-

modernidade vem proclamando a fragmentação de identidades. Identidade seria um termo carregado de sentidos e deve ser utilizado atualmente no lugar de papéis sócias utilizado pela Sociologia.

A identidade é construída –construção imaginária- como a representação consciente do eu, nas relações contrastivas e de identificação aos outros (as semelhanças entre os grupos são fatores de identificação entre eles – grupos étnicos, de classe, de gênero,,idade,etc) Identidade, nesta concepção, é a ficção do imaginário através da qual o sujeito representa o eu (a parte consciente do ego), procurando dar unidade e coerência a esta representação ficcional do eu, elaboração do registro imaginário, procura justamente dar conta das contradições do sujeito, organizando-os numa história coerente , unitária, através da qual ele se referencia...Identidade não é algo acabado, e como construção do imaginário, está em permanente processo de significação, de reelaboração, de investimento em novas identificações e novas significações. Esta nova concepção de identidade como história de vida com um mínimo de coerência e unidade, contrapõe-se às visões de sujeito como portador de múltiplas identidades. (Lago,1997:3-5, apud Maluf 2004: 84).

Dentro dessa perspectiva, desconstruir a categoria mulher significa deslocar sua estrutura, ou seja, pensa-la como constituída de uma pluralidade de identidades que se fazem no processo das relações sociais. Assumindo posições de sujeito que levariam a uma compreensão dos diversos discursos que constituem o sujeito mulher escritora, que não é um sujeito dado, mas um sujeito fazendo-se.

Refletindo esse aspecto toma-se aqui a questão desse sujeito em Marina Colasanti. A ausência equivalente de escritoras no Brasil fez com que as primeiras e renomadas”, fossem ao mesmo tempo marginalizadas e

...forçada, por encontra-se excluída do centro das decisões, a conformar as especificidades de seu gênero conforme os parâmetros referenciais do discurso nacional hegemônico, segundo o qual os interesses temáticos femininos seriam de importância secundária para a nação, ou mesmo a transparência da linguagem feminina seria um danifício estético à obra que as mulheres estivessem realizando.” (Sharpe: 2004:43).

Ainda segundo Peggy Sharpe esses interesses específicos de gênero foi que estabeleceram as bases de um ativismo político-social que transcenderam as fronteiras nacionais e as barreiras lingüísticas da América Latina e formaram o alicerce do feminismo latino-americano, tão criticado por uns e considerado inexistente por outros, mas descrito por Amy Kaminsky como uma “política opositora em prol de mudanças... tanto na sociedade como nas relações inter-individuais.” (SHARPE, 2004:44).

A esse fazer político Kaminsky chama de *presença*. Como teoria emancipatória para mudanças sócio-sexuais e políticas, esta forma de política opositora aborda a leitura como processo, associado as formações ideológicas existentes, numa mistura de

resistência com cumplicidade. A chamada presença feminina seria a segunda língua capaz de desestabilizar a língua primária do texto, permitindo ao leitor posicionar-se politicamente e contra a opressão, principalmente a de gênero.

O conceito de presença vem refletir o arrojo do projeto de Marina Colasanti que se estende por quase 4 décadas, e também durante a repressão política. As crônicas e ensaios de Colasanti conseguiram vazar e vencer as barreiras da censura, servindo de fatores de mudança social para um segmento não-tradicional de leitoras. A inovação lingüística de Colasanti, o conceito de presença evoca o senso de identidade da pessoa em processo de transformação contínua, como leitor e como escritor. Em suas crônicas, as explorações em torno da identidade do gênero e cultura, evocam a questão da presença como força que atua sobre a realidade material. Ela toma o jargão de ensaísta em sua forma tradicional, espaço outrora só dedicado ao homem.

Por ensaio tradicional entenda-se aqui o espaço de contemplação e do pensamento ordenador que possibilita a extrapolação de significados e formas, a partir do caos que é a vida, oferecendo ao leitor um refúgio contra o frenético mundo, privilegiando porém o ponto de vista do autor. Elitista sim, mas trabalhado pelas mulheres tornou-se um ensaio pessoal, um tipo de homenagem póstuma ao que a história literária tradicional fez à escrita feminina ao longo dos séculos, inovador porém porque recompõe mitos crenças e ideologias próprias da sociedade patriarcal.

Cronista e ensaísta, questionando experiências de mulheres do mundo, Marina Colasanti tomou as conotações subjetivas, convencionais e muito pouco sutis do que viemos a conceituar de linguagem feminina, para as transformar naquilo que Patrícia Yaeger descreve como matriz de imagens capaz de desagregar e interrogar a cultura dominante.” (SHARPE, 2004:44).

Yaeger (apud Sharpe 2004) observa que as mulheres escritoras desenvolveram uma nova relação com a linguagem, a qual demonstra uma postura ativa em relação à mudança, pois vai além do uso da linguagem como força desestabilizadora, para propor algo novo, abrindo assim um espaço da reinvenção da cultura.

... Ao estabelecer a linguagem feminina como língua secundária e assumir um padrão um padrão de polivocidade para fazer esse discurso “alheio” inserir-se no texto, a narrativa de autoria feminina põe em crise o sistema tradicional de signos e cria uma mitologia alternativa, constituída por imagens novas que sinalizam possibilidades na mudança material da vida cotidiana. (SHARPE,2004-47).

Ao explorar a relação entre identidade cultural e de gênero, as crônicas e ensaios pessoais de Marina Colasanti se ajustam com exatidão à tradição de mulheres escritoras que empregam o autobiográfico e o subjetivo como significantes de uma nova linguagem. No caso da escritora brasileira, a apropriação da linguagem e dos interesses específicos de gênero das mulheres serviu como imã que atraiu o público leitor não tradicional no interior da complexa rede de forças sócio-históricas e políticas que marcaram a Ditadura Militar brasileira.

A opção de Colasanti pela crônica e pelo ensaio pessoal poderia ser construída como natural evolução de sua experiência vivida à margem das diversas culturas – desde suas origens etíópico-italianas, até o caldeirão cultural brasileiro. Antes de se voltar ao jornalismo literário, a escritora encontrou nas artes plásticas uma forma de expressão de sua identidade “trans-nacional”. Logo adiante, ao iniciar-se na crônica, mostrará como distingue qualidade e tom na palavra escrita, em um exercício que simula o close próprio nas artes visuais.

E ainda:

Tendo escrito em jornais cariocas e na imprensa popular feminina nos anos 60, Marina publicou suas primeiras coletâneas de crônicas entre 1969 e 1973. *Eu sozinha* (1968) e *Nada na manga* (1973) narram experiências de silêncio e invisibilidade, censura e auto-censura, que transmitem sua solidão e alheamento numa linguagem íntima que questiona não só a relação de autoridade autor/texto, mas, por extensão, a do leitor/sociedade patriarcal. (SHARPE, 2004:47).

Seu olhar é de questionamento e autocrítica: “Quem disse que não podia? Fui eu, é claro. Sou sempre eu quem diz as coisas contra, de medo da esperança. Porque às vezes penso que se esperasse tudo a que tenho direito, não agüentaria o impacto, por pura falta de costume.” (COLASANTI, apud SHARPE 2004:47). Mas somente escrevendo na revista *Nova* enquanto redatora e colunista, sua crônica e ensaio servirão de instrumento para comunicar-se com mulheres a respeito de mulheres. Apesar de vista com desconfiança pelas feministas de então, foi essa atividade que fez de Marina uma feminista praticante, articulando seu enfrentamento à opressão numa posição não muito confortável. A respeito disso ela própria se refere:

Nós escrevíamos no escuro, dirigindo-nos ao público em geral, sem setorizar. E eu, sobretudo, ainda não tinha feito todas as leituras fundamentais para uma pessoa que quer trabalhar em feminismo. Eu escrevia a partir de um sentimento e um tipo de vida que era a minha própria experiência de vida...Depois eu saí do *Jornal do Brasil* e fui colaborar com a *Revista Nova*, que é equivalente à *Cosmopolitan*...foi quando comecei a escrever para a mulher, que me conscientizei que escrevia para mulheres e então comecei a ler.” (apud SHARPE 2004,48).

A ausência de uma consciência feminista nos primeiros escritos aos poucos dá lugar a uma relação de diálogo interativo com o público-leitor, que avaliando criticamente a construção da identidade feminina, problematiza a estabilidade em todos os níveis do interagir coletivo.

Em sua coluna “De Olho no Preconceito”, a jornalista examinou a relação entre a linguagem e o simbólico, criando desse modo uma consciência das forças subjacentes aos motivos como as mulheres são representadas nos meios de comunicação de massa, criou também um discurso em volta das questões acerca do poder e de como as relações entre os gêneros são tratadas no Brasil. Seu discurso é ideológico, visa transformar, redefinir o modo como as mulheres tratam as experiências que tem de si mesmas e dos outros formadas por todo esse desequilíbrio da sociedade patriarcal.

O seu empenho, então, está em formular uma consciência crítica do self-per se, e em relação a outros- que sirva de modelo para a reconstrução do poder coletivo da mulher. Tomando emprestada a terminologia de Paulo Freire, diremos que por meio de uma “ pedagogia da experiência”, Colasanti faz circular uma “pedagogia da esperança.”(SHARPE, 2004:50).

A respeito da pilha de cartas de leitoras que lhe chegavam às mãos toda semana e das quais ela criou um gabinete de leitura, Marina mesmo admite a função ideológica que esse trabalho toma e coloca que:

Vamos dizer que, por se uma boa leitora, tento fazer uma outra leitura da carta que me foi escrita. Tento espremer as palavras, tirar delas mais que o significado aparente, como se as apertasse no torniquete para obriga-las confessar o desejo secreto do escrevente, que elas contêm. E aí chamo o escrevente, para debruçar-se comigo sobre essa nova leitura.(COLASANTI apud SHARPE, 2004:50).

Na interação com o público leitor, através de suas crônicas e ensaios, articula o comum e o diferente material e psicologicamente entre as mulheres brasileiras, acusada muitas vezes de representar a política repressiva e exclusiva em relação às mulheres perpetuando a sua marginalização frente a sociedade civil. Poucos percebem no questionamento inerente à sua obra, o questionamento à sociedade e seus padrões. Reconhece-se em cada mulher em suas semelhanças e identidades, mas registra sobretudo a ausência das esmagadas por problemas de sobrevivência inerentes à condição feminina no país. Atenta para o fato que questionar a condição feminina é tão premente quanto questionar as reformulações sociais. A declaração e o reconhecimento da diferença não representam uma tentativa nem de valorizar nem de eliminar as distinções por meio da lógica polarizante que une sexismo, racismo, nacionalismo a uma unívoca identidade de gênero.

A diversidade de seu público confirma isso. De classe média alta e letrada às analfabetas que ouviam a leitura, ela era a voz feminina dissidente que viajava pelo país falando da mulher para a mulher. A julgar pela vendagem de seu livro *E por falar em Amor*, sucesso tanto entre o público feminino quanto no masculino, percebe-se que Marina Colasanti constitui presença entre o leitor emergente não-tradicional e que seu projeto embora pareça entre os críticos, invisível, vê a si mesmo e as mulheres brasileiras como sujeitos em formação, num processo de redefinição de especificidades culturais. Ela se coloca enquanto sujeito e objetos da literatura no Brasil assim como suas leitoras passam a ser também, pois não é a sua voz quem assume o primado de seus escritos, são as vozes marginalizadas de seus leitores e leitoras e seus testemunhos de vida.

Identidade, como linguagem é conceito fluido, que está sempre sujeito a redefinição. Colasanti resgata a transparência da linguagem, e, em forma paralela, da identidade feminina, para codificar modos alternativos de se “ver” a interação entre o privado e o público. Ao expandir a abrangência do discurso narrativo para nele incluir experiências pessoais femininas e repartir a autoridade narrativa com seus/suas correspondentes, Colasanti põe em questão a relação tradicional entre autor e personagem. Tornar indistintas as linhas de fronteira no âmbito da narrativa tradicional leva a uma forma de discurso que transforma a intersecção entre identidade cultural e de gênero num campo de batalha para explorar os sentidos da experiência pessoal, experiência essa que se torna o local mais periclitante da luta política. (SHARPE, 2004:50)

A noção de presença e o fazer de Colasanti serve para lembrar que como leitores críticos e atores políticos a responsabilidade de lidar com texto de mulheres escritoras, assim é preciso passamos a reconsiderar a relação das mulheres com a linguagem das narrativas de autoria feminina. A forma como Marina Colasanti vem fazendo isso, mostra que além das fronteiras de gênero, a luta político-ideológica que perpassa toda a literatura feminina no Brasil, mostra que ainda de forma minoritária, mas contundente, existe o espaço da escritora no Brasil, ainda muito a preencher, mas sujeito e também objeto de si mesma e de sua linguagem, de sua narrativa, de suas lutas e não o objeto da formatação masculina tão sexista e patriarcal.

Considerações Finais

A presença da mulher vem sendo cada vez mais marcante nos espaço literário. A hegemonia masculina vem caindo e a mulher-objeto da literatura vem cedendo espaço para a construtora, sujeito da e na literatura. Fica evidente nesse trabalho que apesar da distinção biológica, o ser mulher é uma construção cultural e social e o assumir-se e tornar-

se mulher é também um processo a ser construído. Estudar a literatura feminina e feminista exigiria uma análise multidisciplinar para que discursos que muitas vezes são olvidados viessem à tona e ideologias fossem traduzidas. Esse trabalho apresenta algumas vozes que se levantaram e mostraram o possível fazer e a possível presença do feminino, mas ainda deixa em aberto a questão tão dúbia da identificação e da resistência para tal. Tânia Swain preocupada em desconstruir a suposta identidade essência feminina perguntava:”

Quem somos nós, assim, encerradas em corpos sexuados, construídos enquanto natureza, passageiros de identidades fictícias, construídas em condutas mais ou menos ordenadas? Quem sou eu, marcada pelo feminino, representada enquanto mulher cujas práticas não cessam de apontar para as falhas, os abismos identitários contidos na própria dinâmica do ser?”

É mais fácil resistir ou identificar-se? O que dói menos? O que é mais plausível, mais fácil? Adequar-se ao patriarcalismo, ou continuar com lutas infindas que se arrastam há séculos com vitórias insignificantes se formos considerar numericamente que somos maioria?

Ao responder as questões iniciais desse trabalho percebe-se o quanto se tornam irrelevantes em termos de significado frente a essa proposição. Todas as hipóteses levantadas foram confirmadas, todos os objetivos alcançados. Atravessar as fronteiras do gênero numa realidade opressora sócio-política e economicamente é realmente o grande desafio para a escritora brasileira.

Referências Bibliográficas

COSTA, Claudia de Lima e. SCHIMIDT, Simone Pereira. Poéticas e Políticas Feministas. Editora Mulheres. Santa Catarina.2004.

LISBOA, Maria Regina Azevedo. MALUF, Sonia Weidner. Gênero, Cultura e Poder. Editora Mulheres. Santa Catarina. 2004.

MUZART, Zahide. BRANDÃO, Izabel. Refazendo os Nós. Editora Mulheres. Santa Catarina. 2003.

SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Mara Coelho de Souza, RAMOS, Tânia Regina. Oliveira (org). Falas de Gênero. Teorias, Análises e Leituras. Editora Mulheres. Santa Catarina.1999.

SHARPE, Peggy. Entre Resistir e Identificar-se: Para uma teoria da prática narrativa brasileira de autoria feminina. Editora Mulheres. Santa Catarina.1997.

SCOTT, [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/259,4,Sexo # Gênero](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/259,4,Sexo#Gênero). 1990

<http://www.beatrix.pro.br/literatura/colassanti.htm>

